



8º Encontro Internacional de Política Social 15º Encontro Nacional de Política Social

**Tema: Questão social, violência e segurança pública:
desafios e perspectivas**

Vitória (ES, Brasil), 16 a 19 de novembro de 2020

Eixo: Educação e Política Social.

O não-direito à educação no Brasil: algumas reflexões a partir do processo de formação sócio-histórico

Luana Da Costa Pereira¹

Este resumo é produto de algumas aproximações realizadas durante o trabalho de conclusão de curso para obtenção do título de bacharel em Serviço Social, tendo como principais motivações de ambas sistematizações a recente aprovação da Lei nº 13.935/2019, a qual dispõe sobre a obrigatoriedade de assistentes sociais e psicólogas/os na educação pública, assim como o baixo número de produções científicas as quais tematizam a Educação e o Serviço Social; entre esses trabalhos, há um distanciamento teórico-metodológico do projeto ético-político no tocante a apreensão das contradições da política educacional brasileira (SILVEIRA, 2017).

A partir desses elementos que alertam a possibilidade de uma maior inserção nesta política além da necessidade de compreender a própria política criticamente e as contradições colocadas nesta inserção, fora estabelecido como objetivo geral identificar a concepção de educação forjada pelo Estado brasileiro. Construiu-se, então, uma revisão historiográfica sobre a política educacional brasileira a partir do processo de formação sócio-histórico do país, desde sua colonização até os dias atuais marcados pelo aprofundamento do imperialismo.

Apoiando-se em Francisco de Oliveira (2018) e Ranieri Carli (2009) pode-se perceber quanto o Estado brasileiro, construído através de um brutal processo de colonização genocida, recebeu influência de uma educação importada desde os primórdios. A educação jesuíta fora responsável pela aculturação dos povos originários, e através dos processos que envolvem o projeto “Escola sem Partido” e a Base Nacional Curricular

¹ Assistente Social pela Universidade Federal de Santa Catarina

Comum, percebemos as atualizações do conservadorismo estrutural brasileiro e os resquícios daquela educação colonizadora.

Este brutal processo de colonização consolida, junto ao modo de produção escravista, as particularidades que mediam a questão social no Brasil: o racismo, a concentração de terras e a dependência externa política, econômica e cultural (MOURA, 2014). Estas particularidades que estruturam a questão social determinam as relações sociais até os dias hoje, e tem relação direta com a formação da classe trabalhadora e a estratificação social, o acesso aos direitos sociais, e também com as reformas educacionais.

Revisitando as reformas educacionais junto ao contexto político-econômico que envolve as Constituições Federais e seus dispositivos, pode-se concluir que a educação brasileira é forjada sobre as demandas de recomposição e manutenção do capitalismo internacional. Tal política caminhou ao lado dos processos de dominação e formação da burguesia nacional, traduzindo uma educação essencialmente direcionada para o mercado de trabalho, totalmente seletiva e eugenista.

Em síntese, o projeto do capital para a educação da juventude brasileira é o projeto da conciliação, da produção de discursos de paz. Esta concepção de educação pautada no tecnicismo para a formação de mão de obra qualificada, alienada e dócil, vem sendo fortalecida desde a reestruturação produtiva e a consolidação do neoliberalismo no país e, principalmente em tempos de *uberização* do trabalho e precarização da educação, permite compreender que a educação não se confirma, historicamente, enquanto um direito para a classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS

CARLI, Ranieri. **Educação e cultura na história do Brasil**. Curitiba: Editora Ibpx, 2009. 94 p. (Série Construção Histórica da Educação).

MOURA, Clóvis. **Dialética Radical do Brasil Negro**. 2. ed. São Paulo: Fundação Maurício Grabois Co-edição Com Anita Garibaldi, 2014. 336 p.

OLIVEIRA, Francisco de. **Brasil: uma biografia não autorizada**. Uma biografia não autorizada. São Paulo: Boitempo, 2018. 176 p.

SILVEIRA, Sílvia Regina. **A Produção do Conhecimento do Serviço Social sobre a Inserção Profissional na Política Pública de Educação no Brasil: Desafios e Perspectivas no Âmbito do Projeto Profissional**. 2017. 222 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Serviço Social, PUC-RS, Porto Alegre.